

FTIGESP NEWS // Jornais ameaçam salários e direitos dos gráficis no interior de SP

, 03 Novembro 2017 - 10:40:00

Na segunda-feira (6), completar á um mês que os gráficis dos jornais do interior do estado, representados por sindicatos da categoria (STIGs) e a Federação paulista (Ftigesp), entregaram a pauta única de reivindicação salarial e da renovação dos direitos ao sindicato patronal do segmento. O problema é que, até agora, não houve mesa de negociação, apesar de já ter passado a data-base de referência anual para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da classe - dia que define novos pisos salariais e direitos. A data-base do ramo foi no dia 1º de outubro.

A pauta dos trabalhadores reivindica 4% de reajuste para todos os pisos e faixas salariais, ante uma inflação anual de 1,63% com base na data-base da classe. Os gráficis dos jornais também exigem a garantia dos direitos da CCT, como a cláusula da obrigatoriedade da homologação da rescisão de contrato no STIG e as penalidades referidas, bem como as multas para o atraso no pagamento das verbas rescisórias, salário e 13º. Existem dezenas de direitos sociais e econômicos na convenção.

"Os donos dos jornais ainda não aceitaram se reunir oficialmente com os dirigentes sindicais dos trabalhadores gráficis para tratar do assunto. Eles, no entanto, sinalizaram que não reajustarão o salário e nenhuma das cláusulas econômica da CCT, como a PLR e cesta básica", diz Jorge Caetano, vice-presidente da Ftigesp e presidente do STIG Santos, órgão em uma das regiões do estado que tem jornal, a exemplo do A Tribuna.

A única coisa garantida pelo patronal foi a data-base. O resto se resume a golpe no salário e direitos. Os jornais não querem aplicar os reajustes sobre salários, pisos e cláusulas de viés econômico. Querem excluir as cláusulas que tratam da homologação de rescisão e penalidades. Eles alegam que as mesmas são incompatíveis com a reforma trabalhista do Temer, aprovada pelos congressistas e que entra em vigor sábado (11).

Os jornais também querem alterar cláusulas que tratam das penalidades por atrasos de pagamento relativos a salários, 13º e verbas rescisórias. Querem padronizá-las pelo valor menor e através de um prazo maior. "Diante de tantos absurdos, só resta à mobilização e participação dos gráficis para mudar esse terrível posicionamento dos jornais do interior do estado", frisam Caetano e Leonardo Del Roy, presidente da Ftigesp.